

Ata de Reunião

Comitê de Enfrentamento ao Covid-19 no Sistema Socioeducativo

Data: 09/julho/2020	Local: Via Webex
Horário de início: 14h00min	Horário de Término: 15:32
<p>SEI nº 0024677-23.2020.8.16.6000 Participantes: Des. Ruy Muggiati, Supervisor do GMF/PR Dra Noeli Salete Tavares Reback, Juíza Coordenadora Estadual - CIJ/TJPR Dra. Claudia Catafesta Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF/PR Georgia Settani - Assessoria do GMF/PR Adriana Accioly - Assessoria do GMF/PR Aline Fioravante Ministério Público do Estado do Paraná Dra. Luciana Linero DEASE - Departamento de Atendimento Socioeducativo (SEJUF) Cel. David Antonio Pancotti Alison Adalberto Batista, responsável pela Divisão de Vagas e Informações Flávia Palmieri de Oliveira Ziliotto, responsável pela Divisão Psicossocial Carla Pereira Navarro Lins - Divisão de Saúde Leticia Rivelini, responsável pela Divisão Administrativa OAB/PR Dra. Karina Sabatke Dra. Bruna Saraiva DEFENSORIA PÚBLICA Dr. Bruno Muller Silva, Defensor Público, coordenador do Núcleo da Infância e Juventude (NUDIJ) CEDCA Marcio Bernardes de Carvalho Secretaria de Segurança Pública - SESP Dra. Eliete Aparecida Kovalhuk</p>	

Assuntos em Pauta:

Para a reunião **de 09 de julho de 2020, às 14h00min**, fica estabelecida a seguinte pauta, ainda aberta para eventuais sugestões dos parceiros:

- 1 - Aprovação da ata da reunião anterior;
- 2 - DEASE - atualizações - CENSES - Semiliberdade - Plano de Ação para cumprimento remoto - proposta apresentada em 02/07/20.
- 3 - Inspeções presenciais -roteiro interno - plataforma CNJ - alimentação
- 4- assuntos gerais

Desenvolvimento dos Assuntos em Pauta: (reunião gravada - acesso ao vídeo aqui)

Aberta a reunião pelo Des. Ruy, passou a palavra a Dra Noeli Salete Tavares Reback, que submeteu a pauta da reunião do dia 25 de junho de 2020 para aprovação e não havendo acréscimos, foi aprovada.

Manifestou os pesares a respeito do falecimento do Desembargador Francisco Rabello, em 30/06/2020, razão pela qual não ocorreu a reunião do dia 02/07/2020, pela decretação de luto oficial pelo Tribunal de Justiça. Passou para os itens da pauta, passando a palavra para o DEASE:

2 - DEASE - atualizações - CENSES - Semiliberdade - Plano de Ação para cumprimento remoto - proposta apresentada em 02/07/20;

Cel. Pancotti lamentou o falecimento do Des. Rabello; pontuou que o sistema socioeducativo também vive momento delicados; passou a palavra para Carla e Alison:

Carla Lins apresentou o panorama, informando que 3 adolescentes testarem positivo na Unidade Joana Richa e mais 3 servidores na mesma unidade, que seria uma enfermeira, dois agentes (um masculino e outro feminino) e mais alguns casos suspeitos; em outras unidade são 6 adolescentes suspeitos; obteve a informação da diretora do CENSE São José, que mais um agente estaria positivo; a médica infectologista também está positivo; outros servidores e adolescentes que apresentam sintomas, mesmo não graves, são preocupações existentes;

Alison falou que em relação ao elevamento dos casos suspeitos entre servidores, que passou de 21 para 56, é uma aumento significativo; que os diretores estão informando do ingresso de adolescentes, por ato infracional que não seria de grave potencial ofensivo, aumentando o fluxo de solicitação de vagas; apresentou planilha de levantamento dos dados sobre as vagas; explicou os estudos apresentados, destacando que no mês de abril foram 40 solicitações de vaga e em junho 83; falou que a respeito dos atos infracionais, abril obteve 25% de gravidade, ou seja, contra a vida, 55% contra o patrimônio e apenas 20% foram sem gravidade e ameaça; no mês de junho, os atos foram na ordem de 5% contra a vida, 30% patrimônio com violência e 65% sem violência e grave ameaça; com esses dados, consulta o comitê a possibilidade de emitir uma recomendação aos magistrados e promotorias reforçando as recomendações, uma vez que percebe que a ocupação nas unidades está chegando a 90%, sendo que o CENSE Londrina 1 chegou a seu limite, sendo necessário um remanejamento, o que vem acontecendo em outras unidades; assim, solicita que seja reiterado as recomendações por perceber um relaxamento das medidas;

Cel. Pancotti destacou que desde o início da pandemia o trabalho está voltado para a saúde do adolescente quanto dos servidores; solicita que o comitê olhe essas questões e que diante tudo apresentado o DEASE está dando cumprimento ao que é solicitado, porém hoje, a situação da

pandemia, que ainda está no seu pico, preocupa-se com essa inclusão de adolescente nas unidades; solicita ao comitê que reafirme a proposta de cuidados na execução das medidas;

Dra. Noeli apresentou os dados em relação à ocupação do sistema, com 80% das vagas ocupadas; questionou se as solicitações de vagas (83) são para internação provisórias ou vagas para cumprimento da medida socioeducativa;

Alison respondeu que que a grande maioria das vagas não atendidas são para sentenciados para cumprimento da medida socioeducativa, na maioria internação; a provisórias está tendo encaminhamento necessários; o aumento é decorrente de sentenciados ou reiteração de vagas pelos adolescentes não terem aparecido no primeiro momento;

Dra. Noeli pontuou que a execução da medida é realizada pelo juiz de onde está localizada a unidade. As internações provisórias de competência do juiz que determinou a internação. Essa distinção é importante para avaliar a questão das vagas. Informou que existe boa articulação entre os magistrados das unidades, havendo uma chance de analisar o que está sendo proposto, respeitando o livre convencimento dos magistrados e promotores; que há a possibilidade de se comunicar aos magistrados, requerendo a atenção para as medidas, no mesmo formato que foi feito no início da pandemia; questionou Alison se seu levantamento poderia indicar as unidades onde tem suspeitas, número ou confirmações, de forma diária, para alertar o comitê;

Alison informou da existência dessa planilha, a qual é disponibilizada diariamente no Drive do comitê;

Dra. Luciana Linero propôs a emissão de uma nota técnica para orientar juízes e promotores, para que adotem um olhar cuidadoso nessa avaliação, considerando o auge da pandemia, para que seja avaliado com bastante critério; que o fato de se estar no ápice da curva, pensar em um ato que possa ser reavaliado em 15 dias, e que só os atos infracionais de extrema gravidade sejam encaminhados para as unidades; sugeriu que a nota técnica possa ser enviada para as corregedorias, para garantir apoio na divulgação e recomendação; que o período é crítico e exige cuidados;

Cel. Pancotti informou que na unidade Joana Richa servidores, técnicos e terceirizados foram testados e aguardam o resultado; havendo 3 ou mais sintomáticos, tomam o cuidado e testam todos; reforçou o pedido de orientação aos juízes para os cuidados com as execuções;

Dra. Noeli ratificou que a nota técnica seria voltada aos magistrados da infância e juventude e Ministério Público, recomendando a cautela, reavaliação de internações provisórias e nas execução, a apreciação com mais urgência de todos os casos de eventuais acessos ao sistema para cumprimento de medida; que é importante deixar claro, pois se trata de um documento que precisa de um esmero na redação, para tomar cuidado com o que a sociedade pode ver, assim como ocorreu no sistema carcerário, para que não se tenha indução, sendo objetivo e simples,

lembrando o momento sério da pandemia, levando nos termos de estabelecer provisoriamente assim como o prazo que o Tribunal suspendeu o atendimento presencial até 15 de agosto;

Dra. Claudia Catafesta concordou com a Nota Técnica, que se o diálogo aqui estabelecido chegar pode sensibilizar todos os colegas; reconheceu a tendência ao relaxamento, vez que houve a necessidade do judiciário de retomar os andamentos processuais com foco na produtividade; mas que o foco na produtividade do judiciário pode estar afetando a gestão do executivo em relação às vagas; informou que de fato a covid chegou nas unidades, a exemplo de um caso em Londrina, que foi suspeito, mas houve a liberação e outro suspeito, com sintomas, foi liberado mas se tratava de ansiedade.

Dra. Luciana pontuou que a nota técnica pode fazer referência ao Decreto Estadual que trata das medidas sanitárias e considerando o atual momento, que as internações sejam restritas a casos extremamente graves;

Dr. Márcio Bernardes lembrou que é importante que nesse momento esses espaços precisam ter um certo controle para não virar um grande vetor e colapsar, pois são espaços, como escolas, que precisam de um maior controle. Trouxe o exemplo de Curitiba, com maternidade, onde todos os servidores foram contaminados; que o alongamento do período de tensão, pode ser que se precise fazer um plano de substituição do conjunto desses servidores que vão sendo contaminados, podendo afetar as outras unidades e dependendo da forma que isso for construído, o Paraná faz mais um legado e pode ajudar os demais Estados, que não estão na mesma situação do Paraná mas precisam entender o que foi preciso fazer para ter controle e evitar uma contaminação maior;

Dra. Noeli reforçou que o controle do plano de contingência é feito pelo DEASE e assim, órgão tem a justificativa para não conceder as vagas. Que sua negativa não é porque não quer cumprir, mas que a negativa deve chegar com essa justificativa, se mantendo nos termos das deliberações do comitê, pelo motivo preocupante, cumprindo decisão do comitê, não há disponibilidade vagas no momento, como justificativa, olhando as necessidades; que é uma deliberação do comitê e estão cumprindo um plano de contingência; informou que após elaborada a Nota técnica, será encaminhada à Corregedoria;

Dra. Luciana e Dr. Márcio se habilitaram para escrever a nota técnica;

Dra. Noeli reconheceu a impossibilidade da SESA de fornecer todos os testes como solicitado desde o início mas observam com atenção e irá solicitar uma atenção em relação à nota técnica;

Dra. Luciana reforçou que a nota tem conotação de um cuidado a mais e não uma interferência no trabalho dos colegas;

Flávia Ziliotto apresentou tabela X (encaminhada para o comitê) e explicou a distribuição das vagas no sistema de semiliberdade, em relação aos atendimentos, com os indicadores criados para demonstrar a capacidade de atendimento, com número de adolescentes, servidores por categorias, servidores afastados por serem considerados de risco, os que trabalham nos Censes e os que estão no semiliberdade e também explicou os demais levantamentos realizados, como a situação da covid em cada município, e que a possibilidade de acompanhamento remoto, nos termos do ofício encaminhado ao comitê, o que resultou na capacidade de atenderem mais 22 adolescentes no sistema de semiliberdade;

Cel. Pancotti agradeceu a atuação do comitê e reforçou que o trabalho realizado é pela vida;

Alison complementou que há casos específicos que o adolescente volte a cumprir em meio fechado ou abrigado, outro adolescente que progrediu a semiliberdade, mas por não poder ir para a família, terá que cumprir fisicamente a medida na unidade, com todos os cuidados sanitários necessários, com quarto individual, para evitar o contato com os demais;

Dra. Claudia Catafesta parabenizou o trabalho e os dados do DEASE. Falou um pouco sobre sua unidade de Londrina, que tem disponibilidade de 6 vagas mas está com 8 adolescentes, porém sob controle.

Dra. Noeli reforçou os elogios da Dra. Claudia e ao sistema da semiliberdade como adequado ao tratamento dado aos adolescentes; sugeriu a aprovação das deliberações da Nota Técnica;

Dra. Luciana reforçou que a ideia do comitê é fazer com que as medidas socioeducativas sejam executadas de forma segura para todos; parabenizou a equipe do DEASE pelo trabalho realizado, reconhecendo o esforço da equipe;

Cel. Pancotti informou que foram alguns dias para chegar a essa conclusão apresentada nas planilhas; falou que se quer alguma coisa acontecer aos servidores, o comitê será informado; que a semiliberdade, se permanecer no DEASE, que poderia ser construída mais 3 casas de semiliberdade no Paraná, com uma casa feminina também, pois existe recurso disponível para isso acontecer;

3 - Inspeções presenciais - roteiro interno - plataforma CNJ - alimentação

Dra. Noeli falou sobre o roteiro proposto pela Dra. Flávia Kroetz, que é utilizado no sistema carcerário e que poderia ser usado nas inspeções do sistema socioeducativos. Que falando com a Dra. Cláudia, que considerando todo o sistema e todas as medidas tomadas e o controle em relação ao covid, acreditam que seja desnecessário encaminhar o formulário de inspeção proposto, pois cada magistrado tem trabalhado e feito suas inspeções; que o sistema ainda tem um olhar tranquilo e se algo acontecer de mais grave podem adotar esse formato, caso seja necessário;

Dra. Luciana concorda em relação ao trazido pela Dra. Noeli até porque o Ministério Público tem roteiro próprio do CNMP, e orientações de suas corregedorias;

Dra. Noeli informou que algumas unidades já fizeram a inspeção presencial; pontuou sobre a plataforma do CNJ, sobre a ausência de dados, pois essa questão já foi dirimida na reunião anterior, sendo informada por Adriana Accyoli de que os dados serão repassados ao CNJ sempre nos dias 15 e dia 30 de cada mês ao CNJ; como encaminhamentos, ratificou a elaboração da nota técnica pela Dra. Luciana Linero e Dr. Márcio Bernardes, para que se finalize até o dia 13 de julho;

3- Assuntos gerais

Dra. Noeli falou sobre webnário que ocorrerá na quinta-feira, dia 16/07, as 14h00min, com sua participação e da Dra. Claudia Catafesta e do Des. Ruy Muggiati, dentro do cronograma estabelecido pelo CNJ para a região Sul. **Tendo em vista o Webnário, deliberou-se sobre a antecipação da reunião da próxima semana para a quarta-feira dia 15h às 10h00min, com possível avaliação de permanência nesse horário.** Informou sobre a live realizada no dia anterior que explanou sobre o comitê socioeducativo para os participantes e que semanalmente ocorrerão essas lives, sendo que a próxima será sobre o sistema protetivo. Ainda, que as ações

de divulgação se estende em outras mídias, com a possibilidade de elaboração de vídeos curtos e explicativos sobre os trabalhos realizados no sistema.

Cel. Pancotti informou que o Paraná fez a nota técnica para o FONACREADE e apresentou ao CNJ, que pretende adotar o sistema do Paraná das centrais de vagas para todo o Brasil. Que está previsto o projeto de lei que vai tratar das ações de socioeducação para o Brasil, durante o período de pandemia. E desejou que esse projeto fosse elaborado com base nas normativas adotadas pelo Estado do Paraná para todo o país. Informou também que adquiriram pulverizadores para uso nas unidades, com apoio da vigilância sanitária com apoio e instrução ao uso desses equipamentos, com a construção de orientações para que todas as unidades utilizem esses equipamentos. Por fim, convidou Aline Fioravante para ser uma das palestrantes da live no dia 24/07, realizada pelo DEASE, que irá tratar sobre socioeducação e o Estatuto da Criança e do Adolescente, para que possa falar sobre a vivência operacional que tem no sistema de socioeducação. Convite aceito por Aline Fioravante.

Dr. Márcio Bernardes também comentou sobre o Projeto de Lei apresentado pela Deputada Leandre, que esteve presente na plenária do CEDCA e acredita ser importante que o comitê pense numa convergência positiva pela pauta da socioeducação para se ter aliados no congresso, para avanço das leis. Informou que na próxima semana o CEDCA realizará um total de 15 “lives” que serão informadas aos membros do comitê.

Des.Ruy Muggiati desejou bom período nessa fase de aniversário do Estatuto da Criança e Adolescente, no sentido de que se possa colaborar para que as pautas positivas aconteçam, para que as discussões sejam construtivas e para que as melhores soluções sejam aquelas que todos juntos possam encontrar e colocar em prática. Salientou que estamos elaborando um conhecimento prático, que é testado na prática pelos agentes, com resultados apresentados, e que o esse diálogo entre conhecimento e prática proporciona novos conhecimentos que constituem uma evolução e aperfeiçoamento do que já se conquistou. Isso tudo com a colaboração e participação de todos, fazendo com que seja um trabalho de todos, estendendo os parabéns a todos e agradecimentos, pois foi um caminho trilhado, muito bom e produtivo.

Encaminhamentos:

- Deliberou-se pelo agendamento da próxima reunião para o dia 15 de julho de 2020, às 10h00min;
- Elaboração da Nota técnica, por iniciativa da Dra. Luciana Linero e Márcio Bernardes, com a possibilidade de apresentação até o dia 13 de juho de 2020, para os devidos encaminhamentos;